

publicado no DOU de 14/12/94
Parte I, Seção I, pág. 19408
19414

CONVÊNIO ICMS 158 /94

**Dispõe sobre a concessão de isenção
do ICMS nas operações que
especifica.**

O Ministro de Estado da Fazenda e os Secretários de Fazenda, Economia ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 76ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária, realizada em Boa Vista, RR, no dia 07 de dezembro de 1994, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a conceder isenção do ICMS nas operações de fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço de telecomunicação a Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Organismos Internacionais, de caráter permanente, nos termos estabelecidos na legislação de cada unidade federada.

§ 1º - A concessão do benefício previsto nesta cláusula condiciona-se à existência de reciprocidade de tratamento tributário, declarada, anualmente, pelo Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º - No Distrito Federal, o disposto nesta cláusula se estende às saídas de combustíveis, observadas as condições e exigências nela fixadas.

Cláusula segunda Ficam autorizados os Estados e o Distrito Federal a isentar do ICMS as saídas de veículos nacionais adquiridos por:

I - Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de caráter permanente e respectivos funcionários estrangeiros;

II - Representações de Organismos Internacionais de caráter permanente e respectivos funcionários estrangeiros.

§ 1º - O benefício de que trata esta cláusula somente se aplica ao veículo isento do Imposto sobre Produtos Industrializados ou contemplado com a redução para zero da alíquota desse imposto.

§ 2º - Não se exigirá o estorno do crédito do imposto relativo às entradas de mercadorias utilizadas na fabricação dos veículos de que trata esta cláusula, como matéria prima ou material secundário.

Cláusula terceira Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a isentar do ICMS as entradas de mercadorias adquiridas diretamente do exterior por:

I - Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de caráter permanente e respectivos funcionários estrangeiros;

II - Representações de Organismos Internacionais de caráter permanente e respectivos funcionários estrangeiros.

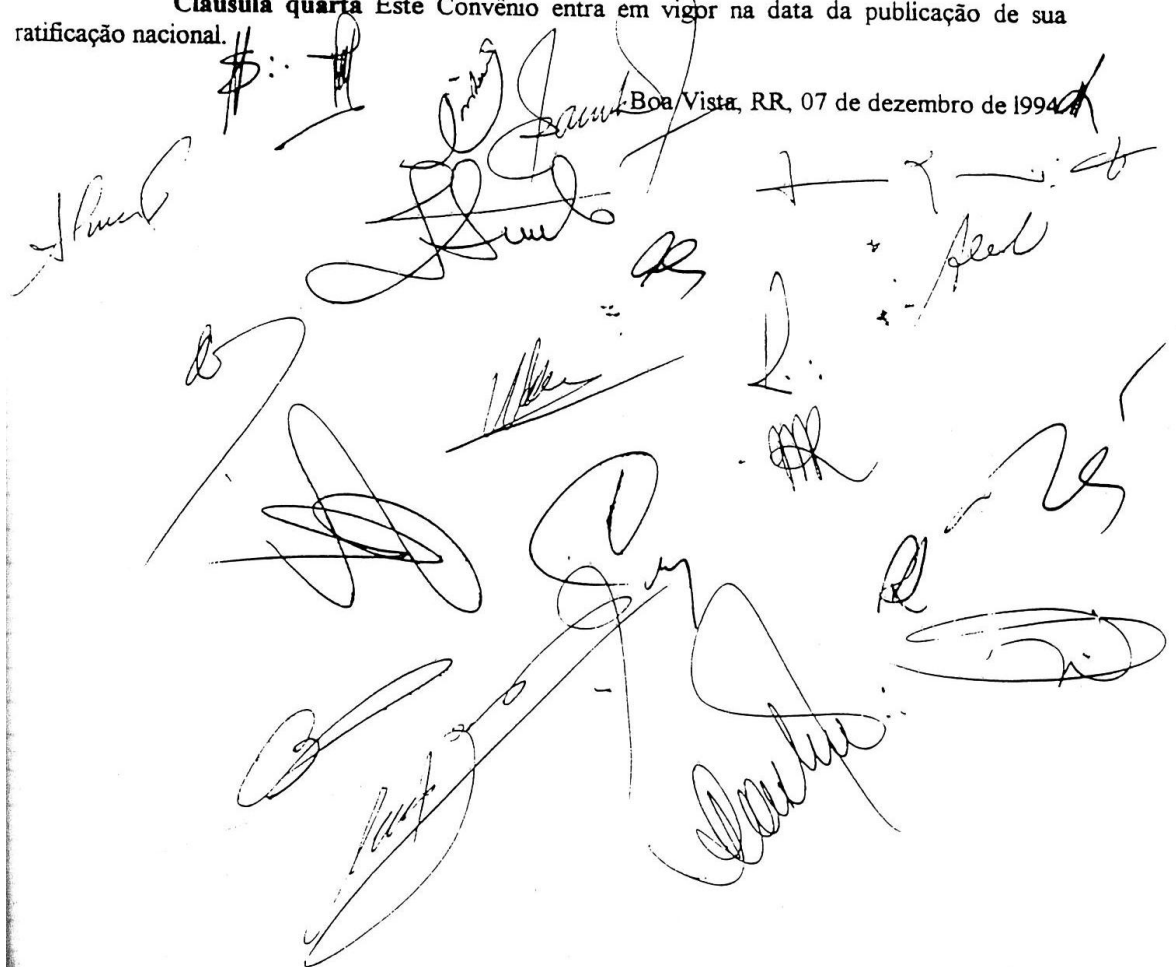
§ 1º - O benefício de que trata esta cláusula somente se aplica à mercadoria isenta dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados ou contemplada com a redução

CONVÊNIO ICMS 158/94

§ 2º - Na hipótese da importação de veículo por funcionários estrangeiros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares ou Organismos Internacionais, a isenção condiciona-se à observância do disposto na legislação federal aplicável.

Cláusula quarta Este Convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Boa Vista, RR, 07 de dezembro de 1994



ATESTADO DE INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL				...aVIA
(Nome, Endereço, e Números de Inscrição Federal e Estadual do Interventor Credenciado)				
A - IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO				
NOME:				
ENDEREÇO:				
MUNICÍPIO:			UF:	COD.ATIV.ECON.:
			INSC. ESTADUAL:	
			CGC/MF:	
B - DADOS DO ECF				
MARCA:		MODELO:		Nº FABRICAÇÃO:
CAPAC. ACUMULAÇÃO TOTALIZ. GERAL:		CAPAC. ACUMULAÇÃO TOTALIZ. PARCIAIS:		Nº DE ORDEM:
				CAPAC. REGISTRO ITEM:
IDENTIFICAÇÃO DOS TOTALIZADORES	ANTES DA INTERVENÇÃO		DEPOIS DA INTERVENÇÃO	
	DATA DE INÍCIO DA INTERVENÇÃO:		DATA DE TÉRMINO DA INTERVENÇÃO:	
	IMPORTÂNCIA ACUMULADA TOTALIZADORES (R\$)		IMPORTÂNCIA ACUMULADA TOTALIZADORES (R\$)	
1º FINAL				
VENDA BRUTA				
CANCELAMENTO				
VENDA LÍQUIDA				
SUBSTITUIÇÃO TRIB.				
V. INCIDÊNCIA				
DESCONTO				
ISENTAS				
In=				
In=				
In=				
In=				
CONT. REINÍCIO/OP.				
Nº ORDEM OPERAÇÃO				
CONTADOR D/REDUÇÕES				
Nº DE ORDEM NF.				
Nº DOC. CANCELADOS				
Nº ORDEM DISPOSITIVOS DE SEGURADORES DA VIOLABILIDADE (LACRES)	RETIRADOS:		COLOCADOS:	
C - INTERVENÇÃO ANTERIOR				
NOME DO CREDENCIADO:				ATESTADO Nº:
D - MOTIVO DA INTERVENÇÃO E DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO				
E - DECLARAÇÃO				
<small>Eu, o credenciado, atestamos sob a pena de conhecimento do disposto na legislação referente ao crime de falsificação e sob nossa inteira responsabilidade, que o equipamento identificado neste Atestado atende as disposições previstas na legislação pertinente.</small>				
ASSINATURA DO INTERVENTOR SIGNATÁRIO:				ASSINATURA:

LOGOTIPO FISCAL

